

Paulo Bernardo quer greve?

No mesmo dia 17.06 em que servidores de todo o Brasil saíram à Esplanada em Marcha Nacional para lutar pelo cumprimento de acordos, derrubada do PLP 92/07, manutenção de direitos e novas conquistas, o governo ameaça mexer no reajuste do funcionalismo, programado para 1º de julho.

Se o governo ainda não se decidiu, os servidores já. A Plenária da Condsef definiu indicativo de greve geral, unificada, a partir da segunda quinzena de julho, caso seja necessário para exigir o cumprimento dos acordos e o atendimento das reivindicações da campanha salarial.

Também foi decidido editar uma carta à população exigindo que em vez de emprestar dinheiro ao FMI o governo utilize esses US\$ 10 bilhões para melhorar os serviços públicos prestados à população trabalhadora. A Plenária ainda aprovou resolução contrária à política do governo de dar isenções fiscais aos patrões em troca de supostas compensações sociais que jamais vieram e nem virão (pois continuam as demissões em massa no setor privado). Afinal, é o próprio Paulo Bernardo quem reconhece que a que-

da na arrecadação, de cerca de R\$ 63 bilhões, é resultado dessa política.

Em contradição, ainda maior, o presidente Lula declarou, em reunião de cúpula ocorrida no dia 16.06, em Genebra (Suíça), durante a 98ª Conferência Internacional do Trabalho que teve, justamente, como tema central a crise mundial do emprego, que os “trabalhadores não podem pagar sozinhos pela crise mundial”. Os trabalhadores não devem pagar pela crise, nem sozinhos e nem (mal) acompanhados pelos empresários e banqueiros! Os que devem pagar pela crise são os que a provocaram, lucrando montanhas com a especulação e o parasitismo.

As reivindicações gerais dos servidores do Executivo têm engrossado cada vez mais, pois o governo não apresenta vontade de atendê-las ou, ao menos, negociá-las. Como se não bastasse, o governo não cumpre suas próprias promessas, ainda não encaminhou ao Legislativo o texto que prometeu que enviaria até o final de maio para aumentar os benefícios e diárias.

Parabéns aos mais de 8 mil servidores que tomaram a Esplanada e participaram da Marcha.

Servidor unido na luta espanta a crise, mantém direitos e obtém conquistas!



Marcha Nacional de 17.06 - destaque para a presença da CUT e sindicatos filiados à Condsef

Calendário de Atividades

- **24/06** – Assembleia para eleição de delegados para o Encontro Nacional da Fazenda (dia 10.07) – 12h - na tenda do Sindsep-DF, em frente ao Edifício Sede do MFazenda
 - **30/06** – Assembleia unificada para eleição de delegados para o Encontro Nacional da Cultura (dia 03.07, no Rio de Janeiro) – 11h – sala de reunião da FCP - 1º subsolo (SBS Ed. Elcyr Meirelles, Qd.02, Lote 11)
 - **01/07** – Assembleia para eleição de delegados para o Encontro Nacional do MTE/DRT's (dia 05.07) – 10h – no Hall do 3º andar do Anexo do MTE/MPS
 - **02/07** – Assembleia para eleição de delegados para o Encontro Nacional da AGU (dia 04.07) – 10h – em frente ao Edifício Sede da AGU
 - **03.07** – Encontro Nacional dos administrativos da Agricultura (dia 03.07) – Confira no sítio do Sindsep-DF na internet a data da assembleia
 - **11.07** – Plenária Nacional da Condsef
 - **12.07** – Reunião do CDE da Condsef
 - **15.07** – Dia Nacional de Luta dos Servidores Federais
 - **24.07** – Encontro Nacional dos servidores de Hospitais
- * INDICATIVO DE GREVE PARA 2ª QUINZENA DE JULHO.



Seminário do PGPE

Acontece nesta quinta-feira, dia 25.06, o Seminário PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, que discutirá a situação do setor e a luta pela correção das distorções da tabela salarial. Na programação, palestras de Julio Turra, sociólogo e dirigente da CUT Nacional e Luis Fernando, advogado, assessor Jurídico da Condsef e ex-secretário de recursos humanos do Ministério do Planejamento. Estarão em pauta a importância da organização dos servidores nos sindicatos gerais, na Condsef e na CUT e uma análise do passado, presente e futuro do PGPE, que engloba centenas de milhares de servidores cujos salários são dos mais

defasados. Complementando e corrigindo informação divulgada no EG 332, um servidor filiado nos alerta que os servidores do topo da carreira do nível intermediário (S-III) têm previsto, agora para julho, um reajuste de apenas 4,73%, que é ainda menor do que os colegas do início da carreira (6,63% para o A-III). Já no nível superior, o S-III terá 26,51% e o A-III 5,20%. A tabela completa será distribuída no seminário.

O evento será no auditório do Ministério da Ciência e Tecnologia (térreo do bloco E - Esplanada dos Ministérios), das 9h às 18h. Inscreva-se pelo Tel.: 3212-1947 ou e-mail: geral@sindsep-df.com.br.

► MPlanejamento

Servidores organizam luta unificada

Por iniciativa da Seção Sindical do Sindsep-DF no Ministério do Planejamento, alguns setores do órgão já estão se articulando para iniciar uma luta conjunta pela extensão da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores

da Administração Pública Federal (GSISTE). É o caso dos servidores das Secretarias de Patrimônio da União (SPU) e de Recursos Humanos. A categoria entende que somente a luta unificada irá arrancar as conquistas para o funcionalismo.

► AGU

Conclusão do GT nesta segunda-feira, 22.06

Na reunião do Grupo de Trabalho da AGU, dia 10.06, os representantes do Ministério do Planejamento apresentaram uma nova versão do relatório preliminar do GT, baseado na discussão interna da bancada governamental. A bancada sindical fez algumas ressalvas quanto à versão apresentada pelo governo, dentre elas a de que o estudo deve ser feito de forma global visando a considerar todos os servidores (ativos, aposentados e pensionistas) para racionalização/aglutinação dos cargos existentes hoje na AGU. Também pontuaram de que para o agrupamento

de cargos não há necessidade de que suas atribuições sejam "idênticas ou essencialmente iguais" como postula o governo, pois o que a jurisprudência exige é que sejam atribuições "assemelhadas".

A SRH/MPlanejamento ficou de fazer novas alterações na minuta de relatório incorporando elementos da discussão realizada no GT, além das alterações incluídas pela AGU. Uma nova reunião ficou agendada para esta segunda-feira, dia 22.06, para a conclusão e assinatura do relatório, abrindo-se, a partir daí, a fase de negociações.

► Conab

Servidores definem pauta de reivindicações do ACT 2009/2010

Os trabalhadores da Conab concluíram os preparativos para apresentar à empresa a pauta de reivindicações para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2009/2010. Os itens foram discutidos em assembleias de base realizadas em todo o Brasil e finalizados na Plenária Geral Nacional, convocada pela Condsef nos dias 3 e 4 de junho, após debate amplo e democrático.

São 64 cláusulas que mantêm as conquistas passadas e avançam em temas cruciais para os trabalhadores, como aposentadoria, saúde, assistência social, aprimoramento escolar dos trabalhadores e de seus familiares e organização sindical. As cláusulas econômicas se baseiam nos índices oficiais levantados pelo Dieese e calculados com base nas perdas acumuladas nos dois últimos anos (7,15% em 2007/2008 e previsão de 4,44% para 2008/2009).

Na preparação da pauta, centenas de trabalhadores de todo o país realizaram assembleias convocadas pelos sindicatos locais de servidores federais. Nelas a minuta do



Delegados eleitos por servidores da Conab de todo o Brasil realizam Plenária Geral Nacional, dias 3 e 4.06

ACT foi intensamente discutida, emendas foram apresentadas e foram eleitos delegados e observadores para a Plenária Nacional. Mesmo na mais recente unidade administrativa da Conab, em Roraima, o sindicato local, também filiado à Condsef, garantiu a participação da base com uma delegada.

Com a entrega do documento, dia 24.06, os servidores darão início a uma segunda fase, na qual a comissão de negociação eleita na Plenária reúne-se com a Conab. Na última negociação, em 2007, este processo foi penoso e demorado. E é por isso que a organização dos servidores

é tão importante. Somente com unidade, cerrando fileiras em torno dos representantes legitimamente eleitos é que serão criados os meios e as condições para enfrentar e vencer as resistências do governo.

Em meio as discussões da pauta, os servidores ainda têm que fazer valer a sua força para alcançar um PCCS que atenda minimamente aos trabalhadores da Conab, com a retomada do "PCCS de Consenso", uma vez que o rompimento unilateral das negociações provocou reações de desaprovação geral diante do "PCCS da Discórdia" que foi encaminhado ao DEST pela Conab.



10.06: reunião do GT na SRH/MPlanejamento

■ Outros assuntos

Encerrada a primeira parte da reunião, iniciou-se a discussão de outros assuntos igualmente importantes para o setor.

- 1- Enquadramento no PCC-TAE - a direção da AGU informou que apenas sete dos 163 servidores oriundos das IFES ainda não foram enquadrados no PCCTAE, mas a solução está sendo providenciada. Informaram, ainda, que os enquadramentos que foram publicados no DOU a partir de maio terão efeitos financeiros a partir de 1º de junho;
- 2- Pagamento da diferença da pontuação da GDAA -

os gestores da AGU solicitaram à Condsef que seja novamente formalizada a reivindicação de pagamento da diferença referente ao período de julho a dezembro/2008, considerando a avaliação do ciclo de janeiro a junho/2008 pela pontuação máxima, correspondente ao valor em 100 pontos, ajustando-se às alterações promovidas pela Lei 11.907/09;

- 3- Portaria nº124/09 - a AGU informou que vai reavaliar as metas institucionais estabelecidas na portaria, em especial as ambientais;

Na última reunião do CDE da Condsef, 16.06, foi confirmada o Encontro Nacional para o setor no dia 04.07. O Sindsep-DF irá marcar para a próxima semana a assembleia para escolha dos delegados que participarão da Plenária.

INFORME LEGISLATIVO

A partir desta edição, o Sindsep-DF publicará quinzenalmente informações sobre proposições em tramitação no Congresso Nacional de interesse dos servidores públicos federais. O material é elaborado pela Secretaria de Relações Intersindiciais e Parlamentares.

Paridade para pensionistas

A PEC 441/05, no Senado PEC 77/03, do senador Rodolpho Tourinho (DEM/BA), trata da reforma da Previdência (Paralela da Paralela), que garante paridade às pensões.

A proposta exclui do subteto dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculando-os ao teto remuneratório dos desembargadores do Tribunal de Justiça, os procuradores e advogados dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, organizados em carreira.

A matéria garante ainda a paridade plena para as pensões, assegurando esse direito a todos que se aposentaram com base no artigo 6º da Emenda Constitucional 41, e não somente aos pensionistas de aposentados com base na regra de transição (parágrafo único do artigo 3º) da Emenda Constitucional 47. Ou seja, corrige o erro de redação da Emenda Constitucional 47, que limitava esse direito apenas aos pensionistas de aposentados com base na regra de transição.

Para os aposentados e pensionistas portadores de doença incapacitante em gozo de benefício na data de publicação da Emenda Constitucional 47 (5/7/05) contribuirão para a previdência somente na parcela que excede ao dobro do teto do regime geral (algo como R\$ 5.788,56).

A proposta aguarda criação de comissão especial na Câmara para análise do mérito, daí a importância do trabalho de pressão organizado pelos Sindsep-DF e demais sindicatos filiados à Condsef.

Aposentadoria por invalidez

A PEC 270/08, da deputada Andreia Zito (PSDB/RJ), garante ao servidor que se aposentar por invalidez permanente o direito aos proventos integrais com paridade, quando decorrente de aciden-

te em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável a partir de 2004. A proposta aguarda instalação de comissão, cujo colegiado está em fase de formação.

Ascensão funcional

A alteração no artigo 37 da Constituição, para permitir a mudança de níveis dentro dos planos de carreira, é proposta pela PEC 257/95, do deputado João Pizzolatti (PP/SC), que tramita junto com as PECs 248/00, 456/97 e 34/07. O Sindsep-DF defende

critérios rígidos para que a ascensão seja um efetivo instrumento de progressão ao longo da carreira, fechando-se as portas para "trens da alegria" e propiciando crescimento profissional para o servidor e melhoria para o serviço público.

Posse da nova direção da CUT-DF

Será nesta sexta-feira, dia 26.06, a posse da nova direção da CUT-DF, eleita durante o 11º CECUTDF, realizado de 21 a 23.05. Três membros da Executiva do Sindsep-DF foram eleitos: Cleusa Cassiano, como vice-presidente, e Oton Neves e Joalita Queiroz, como diretores.

Outros três filiados da base do sindicato e mem-



11º CECUTDF: Cleusa Cassiano, diretora de Finanças do Sindsep-DF, é eleita vice-presidente da CUT-DF

bros da Condsef também foram eleitos diretores: João Luiz Batista, Ismael José César e Pedro de Al-

cântara Costa. A solenidade será às 19h, na sede do Sinpro-DF (SIG, quadra 6, lote 2260).

Anistiados

Análise dos processos deve terminar em novembro

Em audiência pública da Lei 8.878/94, ocorrida no dia 17.06, na Câmara dos Deputados, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, afirmou que a previsão é que todos os processos pendentes sejam analisados até novembro deste ano. Em janeiro de 2010 vence o prazo de vigência da CEI. Questionado sobre a viabi-

lidade financeira para a reintegração de todos os anistiados, Paulo Bernardo garantiu que buscará aporte financeiro para atender todas as demandas.

Carlos Alberto, diretor do Sindsep-DF, cobrou do governo mais agilidade na publicação das portarias para retorno dos anistiados ao

serviço público. Na ocasião, foi informado que ainda neste mês serão analisados todos os processos de anistiados da Vale do Rio Doce e das empresas de telefonia.

O setor continua atento ao cumprimento do cronograma mensal da CEI e não descarta a realização de novos atos para pressionar o governo.

Em defesa da Amazônia

Campanha pelo veto à MP 458

No EG 332, o Sindsep-DF levantou a proposta de veto integral à Medida Provisória 458/09. No dia 10.06, os procuradores da República na Amazônia encaminharam carta ao presidente Lula alertando sobre os conflitos jurídicos e sociais que serão agravados em caso de sanção integral da MP 458, aprovada pelo Congresso Nacional em 03.06. Eles explicam que as falhas no texto são insanáveis, pois potencializam a insegurança jurídica que cerca a questão fundiária na Amazônia e representa um novo alento, dado pelo próprio Estado brasileiro, para os que cometem crimes contra o meio ambiente, se apropriam de terras públicas e exploram trabalho escravo. Acesse a íntegra da carta no www.sindsep-df.com.br.

458 está com o presidente Lula. Se aprovada, 67 milhões de hectares de terras públicas da Amazônia serão privatizados. Um patrimônio estimado em R\$ 70 bilhões irá para as mãos de grileiros.

Ligue para o gabinete do presidente Lula (61-3411-1200 e 3411-1201) ou envie um e-mail (pelo endereço <https://sistema.planalto.gov.br/fale-pr2/index.php>) pedindo para que a MP 458 seja vetada.

Ninguém nega a importância da regularização fundiária na Amazônia. O que se pede é que seja feita a partir da realização da reforma agrária e leve em conta o meio ambiente, em vez de subordinar-se à pressão do agronegócio, na lógica da concentração da riqueza em mãos de poucos.

A decisão de vetar a MP

EXPEDIENTE: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal - SINDSEP/DF - Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Carlos Alberto, Cleusa Cassiano, Dayse Cristina, Edison Cardoni, Egaz Ramirez, Enos Barbosa, José Maria da Cruz, Marcos Verlaque, Marta Rosângela Pereira, Oton Neves, Roberto Glauber - Secretaria de Comunicação e Imprensa: Edison Cardoni (Coordenador), Egaz Ramirez e Dayse Cristina (adjuntos) - Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP - Assistente de Redação: Leide Santos. Estagiária: Cleide Portela - Diagramação: André Filho - Fotos: Jane Franco - Tiragem: 15.000 - Impressão: Intergrai - Contribua com a elaboração do "Espanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.